



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Gestão Estratégica  
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados  
Câmara Temática de Planejamento e Gestão Estratégica

## ATA DE REUNIÃO

### 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA (CTPGE)

#### DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **11 de junho de 2024**, 14h30 às 16h, de forma remota via Teams.

#### PESSOAS PRESENTES

**Membros:** **Fernanda Ribeiro Olimpio Silva** - Assessora Técnica do Ministério do Esporte (MESP); **Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal** - Assessora do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP); **Harold Vann Hallen Fontes** - Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico do Ministério da Previdência Social (MPS); **Iuri Mota Cassemiro** - Coordenador de Gestão de Processos e Riscos substituto do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); **Luiz Guilherme Oliveira Costa** - Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR); **Maíra Taques dos Santos** - Chefe de Projeto II do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); **Paulo Roberto Alves de Carvalho Junior** - Coordenador-Geral de Planejamento, Controle e Modernização do Ministério da Fazenda (MF); **Rafael Centeno de Rezende** - Assessor Especial do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Ricardo de Assis Teixeira** - Coordenador-Geral de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Rodrigo Afonso Guimarães** - Coordenador de Gestão Estratégica do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); **Wanessa Queiroz de Souza Oliveira** - Diretora de Gestão Estratégica do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);

**Convidados e outros participantes:** **Adriano Caetano Santos** - Coordenador-Geral do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); **Aloysio Novais de Carvalho Silva** - Chefe de Projeto II do MGI; **Ana Luiza Bueno** - Administradora do MGI; **Ana Paula Bezerra de Almeida** - Chefe de Divisão do MGI; **Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo** - Diretora de Navegação e Fomento Substituta do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR); **Cristina Prando Bicho** - Assistente do MESP; **Felipe Brum Mello** - Assistente em Administração do MGI; **Felipe Longhi Pereira da Silva** - Coordenador-Geral de Inovação, Projetos e Processos do MF; **Fernanda Fabiane Fuck Sommerfeld** - Coordenadora de Desenvolvimento Institucional do MPS; **Fernanda Ferreira Costa Carvalho** - Assistente do MGI; **George Sousa de Queiroz** - Coordenador do MESP; **Gustavo Ferreira Bechelany** - Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização Organizacional do MGI; **Henrique José Massote de Godoy** - Assessor do MGI; **Igor Parente Pinto** - Assessor Técnico do MESP; **Isabel Tarrisse da Fontoura** - Coordenadora do MGI; **Jaciele Neves Ferreira** - Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Riscos do MDIC; **Joao Luiz Cambiaghi Glass** - Chefe de Projeto do MGI; **João Victor de Souza Batista** - Diretor de Gestão e Administração do MIR; **Jones Junior Daros** - Coordenador do MPO; **Kaely Eduarda Barbosa Moreira** - Assistente Administrativo do MGI; **Karen Fabiany Sousa Thomé Braga** - Analista Técnico-Administrativo do MGI; **Larissa Cardoso Koslovski** - Assistente Administrativo do MGI; **Laila Ferreira Hossain** - Coordenadora-Geral do MGI; **Marcelo Silva Pontes** - Coordenador-Geral de Projetos Especiais e Cooperação Interinstitucional do MESP; **Michele Pinheiro do Nascimento Freitas** - Analista Técnico-Administrativo do MGI; **Patricia Araujo Gonçalves** - Analista Técnico de Políticas Sociais do MGI; **Paulo Augusto**

**Rocha Goulart** - Coordenador-Geral de Fortalecimento Institucional do MGI; **Raissa Abreu de Albuquerque Fonseca** – Analista do MPI; **Rubiane Rios Ferreira Araújo** - Analista Técnico-Administrativo do MGI; **Simone Regina Zottmann** - Chefe de Divisão do Ministério das Mulheres (MM); **Simone Soares Paz** - Assistente Administrativa do MIR; **Steffani Christina Almeida** - Coordenadora de Modernização Organizacional do MGI; **Thiago Maciel Costa Oliveira** - Assessor do MEMP; **Vagner da Silva Pereira** - Chefe da Divisão de Estruturas Organizacionais do MGI; **Valdete Campos Silveira** - Coordenadora do Plano Plurianual e Políticas Públicas do MGI; **Victor Maselli Neto** - Coordenador do MGI; **Wesley José Rodrigues** - Coordenador de Planejamento e Modernização do MF;

**Secretaria-Executiva da CTPGE:** **Rodrigo Brito**, Coordenador-Geral de Governança Organizacional do MGI e **Daniele Borges**, Coordenadora de Modelagem, Monitoramento e Avaliação em Governança do MGI.

## **I. ABERTURA**

A reunião remota foi oficialmente aberta por Wanessa Queiroz de Souza Oliveira, Diretora de Gestão Estratégica, na condição de Presidente da Câmara Temática de Planejamento e Gestão Estratégica (CTPGE), às 14h33.

Wanessa Oliveira cumprimentou as pessoas presentes, solicitou que registrassem a presença na reunião por meio do preenchimento de formulário eletrônico, cujo link e *QRCode* foram disponibilizados na apresentação e no chat do *Teams*, autorizando a gravação da reunião, mediante anuência dos presentes, e passando a explicitar a pauta da reunião em seguida.

## **II. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO**

### **Item 1: Avaliação de Desempenho Institucional (ADI)**

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Nessa parte da reunião, o objetivo foi apresentar a avaliação de desempenho institucional (ADI) que tem por finalidade aferir o desempenho dos órgãos no alcance das metas organizacionais, que, por sua vez, são utilizadas como parâmetro para o cálculo das gratificações de diversas carreiras do Poder Executivo Federal. Wanessa explicou que as gratificações em questão levam em conta tanto o desempenho institucional quando o desempenho individual e informou sobre a publicação da Portaria MGI nº 3.755, de 6 de junho de 2024, que traz as diretrizes do MGI e oferece a possibilidade de adesão a esse regramento pelos órgãos que compõem o ColaboraGov. Citou que, conforme o art. 60 da citada Portaria, o primeiro ciclo de avaliação de desempenho do MGI e dos órgãos solicitantes correspondente ao período de 2023-2024 teve início em 07 de junho de 2024, encerrando-se em 30 de setembro. Neste ciclo, serão pactuadas as metas institucionais e individuais, como também será aferido o desempenho, resultando na nota que valerá para o pagamento da gratificação de desempenho.

Wanessa informou que a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) tem orientado os Ministérios do ColaboraGov na elaboração das metas globais desde 2023, destacando o necessário alinhamento destas ao Plano Estratégico Institucional (PEI), Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). A diretora recomendou ainda que as metas dos órgãos solicitantes sejam formalizadas com a publicação de uma Portaria no prazo mais breve possível. Oliveira também esclareceu que os ministérios que já publicaram suas metas globais podem aderir ao regramento do MGI se assim desejarem, em entendimento já validado com a Consultoria Jurídica (CONJUR) do MGI.

Nesse contexto, Wanessa listou as seguintes possíveis situações:

I - órgãos que não possuem diretrizes ou metas globais publicadas: poderão publicar uma Portaria de adesão às diretrizes do MGI e pactuação das metas globais;

II - órgãos que faziam parte do extinto Ministério da Economia (ME) e já publicaram sua Portaria de metas globais, considerando a antiga portaria de diretrizes do ME: poderão manter esta Portaria sem necessidade de mudanças;

III - órgãos que faziam parte do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que possuíam uma Portaria de diretrizes e mantiveram ciclo que se encerrou em março de 2024: poderão aderir ao ciclo do MGI e pactuar ou publicar suas metas globais; e

IV - órgãos que não possuem carreiras que percebem esse tipo de gratificação, como é o caso do Ministério dos Povos Indígenas (MPI): poderão aderir ao ciclo considerando os novos servidores a serem empossados, advindos do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).

Em seguida, Wanessa aproveitou para informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) convocará reunião com os Ministérios do ColaboraGov para verificar o interesse em aderir às diretrizes de avaliação do desempenho do MGI, e colocou a equipe da DGE à disposição para apoiar os órgãos na elaboração das metas institucionais, abrindo espaço para perguntas.

George Sousa de Queiroz, do MESP, questionou se a Avaliação de Desempenho Institucional já não seria conduzida pela Gestão de Pessoas de seu órgão com o apoio do MGI, tendo Wanessa esclarecido que a pactuação de metas institucionais é uma responsabilidade dos próprios ministérios, reforçando o papel orientador da DGE na construção destas metas.

João Victor de Souza Batista, do MIR, questionou a possibilidade de utilizar metas do PPA como parâmetro de avaliação nas metas institucionais, tendo em vista que o PEI do MIR ainda está em processo de validação. Wanessa confirmou e recomendou a solução proposta, atentando apenas para a necessidade de ajustar o prazo da meta, tendo em vista a duração do ciclo, que se encerrará em setembro.

Maíra Taques dos Santos, do MDHC, questionou como ficaria a vigência do ciclo do MDHC, visto que houve a adesão às diretrizes anteriores do extinto MMFDH, cujo ciclo se encerrou em março. Wanessa então esclareceu que a Portaria do MGI possui como anexo um modelo de Portaria de adesão para os ministérios que desejarem aderir as diretrizes do MGI, passando essas metas a valer para o próximo ciclo e atendendo ao período completo de 2023-2024.

O Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização Organizacional do MGI, Gustavo Bechelany, fez um adendo de que essa situação só ocorrerá caso o ministério decida aderir à Portaria do MGI.

Por fim, Harold Vann Hallen Fontes, do MPS, questionou se a Carreira de Previdência, Saúde e Trabalho está referenciada na Portaria do MGI. Wanessa informou acreditar que essa carreira observa o mesmo regramento do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), previsto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

## **Item 2: Rede BPM: Formalização da Rede e Próximos passos**

### **PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:**

Wanessa passou a informar sobre a formalização da Rede BPM, criada como encaminhamento da 1ª reunião ordinária da CTPGE e focada na temática de gerenciamento de processos. Apresentou os nomes indicados por cada ministério e elencou os próximos passos, que darão início às atividades da Rede, sendo eles:

I - a realização de Curso Prático em Modelagem de Processos na Academia Nacional de Polícia (ANP/PF), custeado pelo MGI; e

II - a disponibilização do Guia Prático de Gestão de Processos, que traz boas práticas e diretrizes metodológicas em gestão de processos, elaborado pela equipe da DGE.

Para participação no curso, Wanessa solicitou a indicação de um(a) servidor(a) por ministério até o dia 21 de junho, sendo este, preferencialmente, membro da Rede BPM. Também informou que a Coordenação-Geral de Processos do MGI preparou uma trilha de cursos presenciais e virtuais visando a formação dos servidores que tenham interesse neste tema.

Wanessa então aproveitou para lembrar que existe um contrato, gerido pela DGE, e disponível aos Ministérios do ColaboraGov que possuam a necessidade de desenhar sua cadeia de valor ou processos específicos, destacando ainda a importância de se ter pessoas formadas em gestão de processos nas equipes, não só para gerenciar a execução da ordem de serviço no contrato, como também para garantir a continuidade e a evolução dos processos.

Wanessa passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Processos do MGI, Laila Ferreira Hossain, que reforçou o convite à participação no curso, a fim de fortalecer as relações entre os membros da Rede e aumentar a maturidade do governo federal na temática.

Paulo Roberto Alves de Carvalho Junior, do MF, questionou a possibilidade de indicar mais membros à rede BPM, além do titular e do suplente, sendo confirmado por Laila que é possível realizar essa indicação por e-mail.

### **III. INFORMES**

#### **Item 1: Panorama das seções TPC nos portais dos órgãos solicitantes e apresentação dos serviços disponíveis no Compartilha Gestão**

Wanessa procedeu aos informes, passando a palavra para Rodrigo Lino de Brito, Coordenador-Geral de Governança Organizacional do MGI, que apresentou um diagnóstico acerca das seções de Transparência e Prestação de contas (TPC) nos portais institucionais dos treze órgãos do ColaboraGov. Rodrigo alertou os representantes dos órgãos sobre o dever de prestar contas e os riscos da omissão ou não conformidade com os normativos vigentes, sob pena de responsabilização e instauração de tomada de contas especial.

Explicou ainda que o assessoramento em TPC, prestado pela DGE no Compartilha Gestão, visa orientar e sugerir aos órgãos solicitantes implementações facultativas e boas práticas, incentivar a troca de experiência entre os ministérios e disponibilizar guias como o Manual de Transparência e Prestação de Contas, que se encontra publicado no Portal do MGI e será disponibilizado junto com a ata da reunião.

Esse manual detalha a experiência do órgão na estruturação de sua seção desde o início do processo. Brito salientou ainda que cada ministério é uma Unidade Prestadora de Contas (UPC), responsável pela publicação e atualização da seção TPC do órgão.

Rodrigo destacou a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 84/2020, que determina o formato e conteúdo das informações que devem ser prestadas e a Decisão Normativa TCU nº 198/2022, que apresenta os prazos, a recorrência e os locais para atualização das informações a serem prestadas. Em seguida, demonstrou como o MGI estrutura seu Portal, que hoje estima possuir uma taxa de conformidade acima de 75%.

Rodrigo então apresentou o diagnóstico dos portais e seções TPC institucionais do ColaboraGov, conduzido durante o mês de maio/2024. Para fins de compreensão da conformidade, os órgãos foram classificados em três grupos, sendo estes:

- I - Grupo 1 – com maior conformidade, composto por 5 ministérios;
- II - Grupo 2 – com informações incompletas, composto por 6 ministérios; e
- III - Grupo 3 – sem conformidade, composto por 2 ministérios.

Como ponto forte, Rodrigo apontou que praticamente todos os ministérios possuem seção TPC criada e parcialmente preenchida. Como pontos críticos, foram contabilizados apenas cinco ministérios que apresentam seção

TPC com informações razoavelmente completas. Rodrigo destacou ainda a evolução do Ministério das Mulheres, que se encontrava com essa seção bem incipiente há alguns meses e atualmente apresenta página mais aderente aos normativos do TCU. Outro ponto crítico é a existência de seções TPC com poucos botões, ou sem preenchimento das informações, ou ainda com informações desconformes e dispersas em outras seções de seus Portais.

Encerrando o informe, Rodrigo trouxe recomendações de aprimoramentos às seções de TPC ministeriais, sugerindo a transformação dos conteúdos exigidos pelo TCU em botões, que ofereçam uma navegação mais intuitiva ao usuário, devendo estar concentrados em uma única página. Recomendou também que os órgãos se atentem ao Guia da Transparência Ativa da Controladoria-Geral da União (CGU), que converge parcialmente com as orientações do TCU. Sugeriu, por fim, o uso de links de redirecionamento para evitar a redundância de informação nos Portais e o estabelecimento de metas de conformidade trimestrais.

Ele finalizou sua fala informando que a apresentação será compartilhada com os presentes e reforçou a disponibilidade do serviço de assessoramento em TPC na ferramenta Compartilha Gestão. Por fim, Rodrigo solicitou aos presentes a indicação de pontos focais para tratar dos assuntos de TPC e Relatório de Gestão Integrado (RGI) em cada ministério.

Graziele Costal informou que o RGI do MEMP já se encontra publicado na seção de auditoria do portal do órgão, que, por sua vez, foi avaliada pela CGU sem menção à necessidade de criação de uma seção Transparência e Prestação de Contas. Rodrigo e Wanessa esclareceram que a seção de TPC é uma demanda imposta por normativos do TCU, desde 2020, e classicamente já faz parte do rol de conteúdos dos portais institucionais do Poder Executivo Federal – com diversos sítios que podem servir de *benchmarking*.

## **Item 2: Disponibilização de modelos de documentos para as secretarias-executivas de colegiados**

Rodrigo passou para o segundo informe da pauta, discorrendo acerca da disponibilização de modelos de documentos para as Secretarias-Executivas de colegiados de governança. Listou os modelos de documentos que serão disponibilizados e incentivou que as Secretarias-Executivas façam sugestões visando à melhoria dos documentos. Reforçou também que esse compilado de documentos será enviado junto à ata da reunião e apresentação, por e-mail.

## **Item 3: Cadastro de todos os pontos focais/membros da CTPGE no Compartilha Gestão**

Wanessa solicitou a atualização cadastral dos membros da CPTGE, com número de CPF, para concessão de acesso ao Compartilha Gestão e acesso externo ao ambiente MGI, canal oficial para os serviços da DGE. Solicitou também o *feedback* dos já cadastrados sobre o funcionamento do sistema e, como encaminhamento, informou que essa demanda será enviada junto à ata da reunião e apresentação. Paulo Augusto Rocha Goulart, Coordenador-Geral de Fortalecimento Institucional do MGI, ressaltou a importância do *feedback* acerca do acesso e navegação da ferramenta Compartilha Gestão.

## **Item 4: Canais de Comunicação com a DGE**

Wanessa comunicou aos membros presentes que, visando à fluidez, agilidade e eficiência, a DGE criará canais de comunicação na ferramenta Microsoft Teams para melhor atender aos órgãos solicitantes do ColaboraGov. Serão criados grupos com as temáticas Portal TPC, Estratégia, Rede BPM, Governança, Estrutura, ADI, PPA e Proteção de Dados.

## **IV. ENCAMINHAMENTOS**

AÇÃO/ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO PARA CONCLUSÃO
1. Retorno quanto à adesão ao ciclo avaliativo do ColaboraGov e publicação das portarias de metas globais.	Todos os órgãos	Até 05/07
2. Indicação de participante do Curso Prático em Modelagem de Processos	Todos os órgãos	Até 21/06
3. Indicação de pontos focais de TPC para a DGE	Todos os órgãos	Até 21/06
4. Enviar kit de documentos (modelos de apoio às SECEX) aos órgãos solicitantes	DGE	Até 21/06
5. Atualizar informações de pontos focais para acesso ao Compartilha Gestão e canais de comunicação	Todos os órgãos	Até 21/06
6. Criação dos canais de comunicação com a DGE	DGE	Até 05/07

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretora de Gestão Estratégica Wanessa Oliveira, Presidente do Câmara, em sua fala de fechamento, informou que a Secretaria-Executiva do colegiado enviará e-mail aos membros com a ata de reunião e os encaminhamentos decorrentes desta, para análise e manifestações, caso necessários, em até cinco dias úteis. A diretora ressaltou novamente que as equipes da Diretoria estão à disposição para apoio e esclarecimentos necessários aos interessados. Gustavo Bechelany informou que a DGP já enviou ofício aos órgãos do ColaboraGov questionando se existe o interesse em aderir às diretrizes de ADI do MGI.

Rodrigo Brito reforçou que o e-mail de contato é “governanca@gestao.gov.br” e solicitou ainda que seja respondido o formulário de avaliação da reunião, que permite sugestões de pauta, críticas e propostas de melhoria.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 15:46 e lavrada a presente ata por Felipe Brum e Daniele Borges, da equipe da Secretaria-Executiva da CTPGE, a qual, depois de aprovada, será assinada eletronicamente pela Presidente do colegiado e disponibilizada no portal do MGI.

## APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	23	25
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	0	1	1	2
3	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC	0	1	0	1
4	Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	1	1	0	2
5	Ministério da Fazenda – MF	1	1	1	3
6	Ministério da Igualdade Racial – MIR	1	1	1	3
7	Ministério do Esporte – MESP	1	1	3	5
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP	1	1	0	2
9	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	1	1	0	2
10	Ministério das Mulheres – MM	0	0	1	1
11	Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR	1	0	1	2
12	Ministério da Previdência Social – MPS	1	1	0	2

13	Ministério do Turismo – MTUR	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>10</b>	<b>31</b>	<b>50</b>

<b>Quórum de instalação da reunião</b>	<b>11 membros</b>	<b>11/13 = 84,6%</b>
--	-------------------	----------------------

**WANESSA QUEIROZ DE SOUZA OLIVEIRA**

Diretora de Gestão Estratégica do Ministério da Gestão e da Inovação em  
Serviços Públicos (MGI)

Secretária-Executiva da Câmara Temática de Planejamento e Gestão Estratégica  
(CTPGE)



Documento assinado eletronicamente por **Wanessa Queiroz de Souza Oliveira, Diretor(a)**, em 27/06/2024, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43170234** e o código CRC **5D11690F**.